

EVOLUÇÃO, NATURALISMO E ÉTICA: UMA ABORDAGEM EM PRIMEIRA E SEGUNDA ORDEM

MARIANA MARQUES BURKLE¹; JULIANO SANTOS DO CARMO²

¹Universidade Federal de Pelotas – mariana.burkla@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – juliano.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A relação entre a teoria evolutiva e a filosofia integra o campo que é contemporaneamente chamado de *biofilosofia*. A *biofilosofia* diferencia-se da *filosofia da biologia*, pois propõe que a biologia funcione como uma ferramenta para a resolução dos problemas paradigmaticamente filosóficos, pressionando e guiando questões filosóficas através do uso de modelos e descobertas da biologia. A *filosofia da biologia*, por sua vez, “reflete sobre os conceitos da biologia, padrões de inferência e relações conceituais obtidas entre conceitos biológicos e conceitos que pertencem a outras disciplinas científicas [...]” (SMITH, 2017, p.1, tradução nossa). Deste modo, a *biofilosofia* constitui-se como um tipo de naturalismo metodológico, sendo uma posição normativa acerca da filosofia, que a concebe como uma continuidade da ciência, borrando a barreira entre o que é considerado filosófico, e aquilo que é considerado científico.

Sendo assim, o objetivo basilar do trabalho em questão é analisar a visão evolutiva no campo da ética através de uma genealogia da moral, contrastando o âmbito normativo (primeira ordem) com o âmbito metaético (segunda ordem). No âmbito de primeira ordem, o naturalismo ético não compromete-se com prescrições, fornecendo “[...] a melhor forma de investigação moral.” (FLANAGAN, O.; SARKISSIAN, H.; WONG, D., p.20, tradução nossa). Por conseguinte, o naturalismo ético não é ameaçado pelo problema de Hume, a saber, a mera derivação de juízos normativos de juízos factuais, pois a genealogia da moral pergunta-se como a sensibilidade moral, os valores, normas, virtudes, etc. se originaram e se desenvolveram, e não tenta derivá-los do mundo natural.

Tomaremos como exemplo paradigmático da abordagem evolucionista em primeira ordem o artigo de Michael Ruse intitulado *Evolutionary Ethics: a Phoenix Arisen*. Ruse descreve a teoria evolutiva como uma explicação da formação de todos os organismos (incluindo os seres humanos) a partir de um longo e lento processo de evolução. Este processo é guiado por um mecanismo: mais organismos nascem do que podem sobreviver e reproduzir, levando à competição, e os vencedores de tal competição como denominados “naturalmente selecionados”. Sendo assim, progredimos e evoluímos do mais simples ao mais complexo, selecionando apenas os “vencedores” da luta pela sobrevivência evolutiva. Promover a evolução parece, portanto, ser algo moral, mesmo que isto implique a exclusão dos fracos e doentes para a conservação dos mais fortes. A visão evolucionista da moralidade parece promover “cretinos” em ética (RUSE, 1986, p. 96).

No entanto, tal implicação ocorre por uma má compreensão do processo evolutivo: embora comece com uma competição devido aos recursos limitados, posteriormente necessita maximizar o benefício do grupo a partir da cooperação entre os membros. Esta cooperação é tecnicamente denominada “altruísmo biológico”, definido como as ações conjuntas tomadas para o benefício do grupo. Porém, Ruse percebe que o “altruísmo moral”, a saber, a ação consciente que

visa promover o bem de outrém pela razão de que é certo fazê-lo, é condição para o acontecimento do altruísmo biológico. Em outras palavras, os seres humanos se beneficiam evolutivamente da cooperação, e a moralidade possibilita tal cooperação. Uma explicação análoga da cooperação, a partir de um determinismo fiscalista para a escolha da melhor ação moral, segundo Ruse, custaria um alto preço evolutivo, já que para realizar tal escolha precisaríamos de “supercérebros [que] racionalmente calculam a cada momento se um certo curso de ação está de acordo com nossos melhores interesses” (RUSE, 1986, p. 98, tradução nossa).

A genealogia das nossas crenças morais aponta, portanto, que nossas crenças morais, nosso senso moral e nossa noção de certo e errado foram selecionadas de maneira indispensável para produzir o altruísmo biológico e, assim, garantir a cooperação. Os sentimentos de obrigação moral “enterram” nossa natureza bruta e nossos comportamentos egoístas para que consigamos evoluir conjuntamente em ambientes propensos a relações sociais complexas e reprodução.

Tomaremos como exemplo paradigmático da abordagem em segunda ordem, por sua vez, o artigo de Richard Joyce intitulado *Metaethics and the Empirical Sciences*. Neste caso, a abordagem genealógica das crenças morais implica na “[...] conclusão metaética de que juízos morais são epistemicamente injustificados.” (JOYCE, 2006, p. 133, tradução nossa). Esta conclusão é derivada dos *Argumentos Evolutivos Desmanteladores* (conhecidos como *Evolutionary Debunking Arguments - EDA's*) aplicados à moralidade, que são formalizados da seguinte maneira por Kahane (2011, p.106) e Fraser (2013, p.459):

- (P1) *Premissa Causal*: as crenças morais humanas são explicadas pela seleção natural.
- (P2) *Premissa Epistêmica*: a seleção natural é um processo que não rastreia (detecta) a verdade das crenças morais.
- (C) As crenças morais humanas são injustificadas.

Os EDA's partem de uma premissa empírica: as crenças morais possuem um tipo de genealogia (evolutiva). Esta genealogia, por sua vez, evidencia um processo que busca o sucesso prático acima da precisão. Em momento algum do processo evolutivo, o mecanismo de formação de crenças morais pressupõe o rastreamento da verdade das crenças. De maneira oposta, Joyce (2006, p.135) fornece o exemplo do mecanismo de formação de crenças matemáticas: este demanda a precisão para atingir o sucesso prático. Suponha, por exemplo, que por algum erro matemático um *protohumano* calculou mal a quantidade de animais perigosos a sua volta. Neste caso, a falta de precisão pode ser fatal, atrapalhando o sucesso prático. O mecanismo formador de crenças matemáticas deve, portanto, ser preciso e rastrear a verdade.

No caso do processo de formação das crenças morais, a precisão nunca esteve conectada com o sucesso prático. A faculdade de formação das crenças morais, segundo a genealogia evolutiva, estava conectada com a sociabilização e reprodução em um nível de grupo, não conectada com o rastreamento da verdade das crenças. A faculdade de formação das crenças morais não é, portanto, um mecanismo de formação de crenças confiável e, por sua vez, o EDA aplicado à moralidade implica em um ceticismo a respeito da justificação das crenças morais

1. Segundo Joyce (2018), este tipo de ceticismo mostra-se mais desafiador do que as formas de ceticismo mais usuais (como o ceticismo a respeito do mundo exterior), pois não exige padrões extremos de justificação, nem parte de hipóteses filosóficas não confirmadas empiricamente (como a hipótese do cérebro em uma cuba), mas de uma hipótese sustentada empiricamente.

2. METODOLOGIA

A pesquisa em questão é composta da análise conceitual e comparação bibliográfica. Em um primeiro momento visa esclarecer a relação entre ciência e filosofia, analisando o naturalismo metodológico e a *biofilosofia*, a partir do livro *How Biology Shapes Philosophy: New Foundations for Naturalism* (2017), e artigos selecionados, esclarecendo e delimitando o escopo dos conceitos mais relevantes. Em um segundo momento, visa analisar especificamente o âmbito ético da *biofilosofia*, compreendendo e contrastando as especificidades dos problemas em primeira e segunda ordem a partir dos artigos *Evolutionary Ethics: A Phoenix Arisen* (1986) e *Metaethics and the Empirical Sciences* (2006).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dada a amplitude da investigação, esta pesquisa encontra-se em andamento, visto que um conhecimento aprofundado na área das ciências naturais (para uma melhor análise da P1 do argumento EDA) mostra-se necessário, bem como uma investigação metodológica em filosofia, para depois analisar as especificidades do âmbito ético da biofilosofia. No entanto, resultados acerca do objetivo primário, a saber, constrastar os âmbitos de primeira e segunda ordem em uma perspectiva ética da *biofilosofia* já podem ser apontados a partir das leituras realizadas.

Embora tanto o âmbito de primeira ordem, quanto o âmbito de segunda ordem partam da mesma genealogia evolutiva, eles chegam a conclusões diferentes. A posição evolucionista acerca da ética em primeira ordem não visa a prescrição da melhor forma de ação com base na definição do que é bom ou ruim, mas a explicação causal das crenças morais que possuímos. A posição evolucionista acerca da ética em segunda ordem, por sua vez, aponta para o ceticismo quanto a justificação das crenças morais a partir do argumento EDA. Sendo assim, a distinção entre ética normativa e metaética parece mais rígida do que aparenta, pois embora ambas utilizem da mesma genealogia evolutiva, as conclusões obtidas mostram-se fortemente diferentes.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho inova ao analisar a relação nebulosa entre o âmbito de primeira e segunda ordem quanto à ética, em uma perspectiva evolucionista. A conclusão cética do EDA aplicado à moralidade conduziu, em um primeiro momento, a recusa do argumento pelo “dano prático” que este causaria, pois possivelmente implicaria em um tipo de relativismo cultural. No entanto, “Não é

1 O argumento em questão não comete, assim, a “falácia genética”, pois esta se aplica ao valor de verdade da crença. Os teóricos evolucionistas têm como alvo a justificação (ou ausência de justificação) da crença, deixando a questão do valor de verdade em aberto.

racional rejeitar as premissas de um argumento somente porque estamos desconcertados com sua conclusão” (KAHANE, 2011, p. 104, tradução nossa). Contudo, a suposta conclusão desconcertante é causada por uma má compreensão do próprio argumento EDA, pois este ressalta justamente a necessidade de obrigações morais comuns, que pressionem as comunidades humanas a ação altruista e a cooperação. Em um cenário de relativismo cultural sem obrigações morais comuns, a evolução estaria fortemente ameaçada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FLANAGAN, O.; SARKISSIAN, H.; WONG, D. Naturalizing Ethics. In: CLARK, K (Ed.). **The Blackwell Companion to Naturalism**. Oxford: Willey-Blackwell, 2016. Cap.2, p.16-33.
- FRASER, B. Evolutionary Debunking Arguments and the Reliability of Moral Cognition. **Springer**, Cham, p.457-473, 2013.
- HALVORSON, H. Why Methodological Naturalism?. In: In: CLARK, K (Ed.). **The Blackwell Companion to Naturalism**. Oxford: Willey-Blackwell, 2016. Cap.10, p.136-149.
- JOYCE, R. Evolution and Moral Naturalism. In: In: CLARK, K (Ed.). **The Blackwell Companion to Naturalism**. Oxford: Willey-Blackwell, 2016. Cap.26, p.369-385.
- JOYCE, R. Metaethics and the Empirical Sciences. **Philosophical Explorations**: An International Journal for the Philosophy of Mind and Action, Londres, 9:1, p. 133-148, 2006.
- KAHANE, G. Evolutionary Debunking Arguments. **Noûs**, Medford, 45:1, p.103-125, 2011.
- MACHUCA, D.; REED, B. **Skepticism**: From Antiquity to the Present. Londres: Bloomsbury, 2018.
- RUSE, M. Evolutionary Ethics: a Phoenix Arisen. **Zygon**, Chicago, v.21, n.1, p.95-112, 1986.
- SMITH, D. **How Biology Shapes Philosophy**: New Foundations for Naturalism. Cambridge: Cambridge University Press, 2017